

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.106 - RJ (2019/0126380-1)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : MARLY GUIMARAES GRILO**  
**AGRAVANTE : SAULO ARISTOLO LIMA**  
**AGRAVANTE : RAIMUNDO NONATO AUGUSTO DA PAZ**  
**AGRAVANTE : SECUNDINO FERNANDES DA SILVA NETO**  
**AGRAVANTE : ROSANGELA MACEDO DE SOUSA ESPINHA**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO MÁRCIO DE BRITO MOREIRA - RJ088980**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **Marly Guimarães Grilo e outros** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 286):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. LEGITIMIDADE ATIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. RECURSO PROVIDO.*

*1. Hipótese de Agravo de Instrumento em face de decisão que rejeitou a impugnação interposta pela Agravante e determinou a remessa dos autos à Contadoria para apuração do efetivo importe devido pelo Agravante ao pagamento da parcela denominada GDIBGE aos aposentados e pensionistas na mesma pontuação em que é paga aos servidores da ativa, em razão do título judicial formado no bojo mandado de segurança coletivo nº 2009.51.01.002254-6.*

*2. Em se tratando de ajuizamento de execução individual de título judicial formado em ação coletiva, a jurisprudência tem se posicionado no sentido de que os limites subjetivos do título judicial, formado em ação proposta por associação, são definidos pela comprovação de filiação ao tempo da propositura da ação principal, sendo, portanto, imprescindível essa demonstração. (STF, Primeira Turma, Repercussão geral no RE 612.043, Tema 499, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO, DJE 06/10/17, maioria).*

*3. Por não haver distinção qualitativa na natureza da representação exercida pelas associações nos mandados de segurança coletivos e ações ordinárias coletivas, deve ser aplicado o entendimento proferido no RE 612.043 (Tema 499). Ou seja, faz-se necessária prova de filiação de associado da parte exequente também quando a ação originária tratar-se de*

*mandado de segurança.*

4. *Em suma, "o fato de haver legitimação extraordinária da Associação para o mandado de segurança coletivo, embora leve à dispensa de autorização para propor a ação NÃO LEVA à ampliação da coisa julgada a toda a categoria porque isso somente seria possível na hipótese de legitimação extraordinária de Sindicato, onde a categoria é pelo mesmo representada integralmente." (TRF2, Oitava Turma Especializada, AG 0011365-63.2017.4.02.0000, Rel. Des. Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, e- DJF2R 09/01/2018, maioria)*

5. *Recurso provido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 872/877).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 489, §1º, 502, 503 e 1.022, II do CPC/2015; 81, 82, 83, 97, 98, 103 e 104 do CDC; 14, § 4º, 21 e 22 da Lei nº 12.016/2009. Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional e dissídio jurisprudencial, a legitimidade para a presente execução, sob o argumento de que *"a petição inicial do mandado de segurança coletivo não enumerava nenhum associado em particular, e não foi instruída com nenhuma lista de associados, consoante certidão de objeto e pé expedida pela Secretaria da 24ª V. Federal, onde correu a ação mandamental coletiva (fls. 683). E, conforme visto, a segurança foi concedida, sem absolutamente nenhuma discriminação entre os associados, quanto à data de vinculação à associação ou de aposentação. Consequentemente, a conclusão a que chegou o acórdão, no sentido de que "os limites subjetivos do título judicial, formado em ação proposta por associação, são definidos pela comprovação de filiação ao tempo da propositura da ação principal, sendo, portanto, imprescindível essa demonstração", data venia, sem embargo de estar equivocada por outras razões, adiante expostas, também ofende a coisa julgada, que, reitera-se, acolheu pedido mandamental em que não há enumeração de associados nem lista de nenhuma espécie, e expressamente qualificou os associados de "substituídos", pretendendo alcançar, como efetivamente alcançou, todos os associados à associação autora, sem distinção segundo a data de vínculo ao ente associativo" (fl. 890)*

Defende a necessidade de se estender a eficácia da sentença no mandado de segurança coletivo, de modo a abranger aqueles que tenham se vinculado ao ente

associativo a qualquer tempo.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação comporta parcial acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, §1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

De outro lado, o Tribunal de origem entendeu pela necessidade de comprovação da data de filiação à Associação, com a finalidade de se aferir a legitimidade para a execução da sentença proferida no Mandado de Segurança Coletivo nº 2009.51.01.002254-6 (fl. 227/287).

Ocorre que, ao assim decidir, a instância ordinária deu à controvérsia solução que não se encontra em harmonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal.

Senão vejamos:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM A FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança Coletivo, impetrado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo sido concedida a ordem, para o recálculo da base sobre a qual incidem quinquênio e sexta-parte.*

*II. O recurso encontra óbice na Súmula 283/STF, aplicada por analogia, porquanto, a ora recorrente deixou de combater, nas razões do Especial, os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de que "o E. Supremo Tribunal de Justiça firmou o entendimento, por meio da súmula nº 629, de que 'A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em*

*favor dos associados independe da autorização destes", bem como de que "os precedentes citados pelas agravantes (RE 573.232/SC e 612.043/PR) não cuidam de ação mandamental, mas de ações coletivas, quando então a regra constitucional aplicável é a do art. 5º, XXI, da CF/1988. Não é esse o caso dos autos, que envolve cumprimento de sentença proferida em mandado de segurança coletivo".*

*III. Ademais, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, o Mandado de Segurança coletivo configura hipótese de substituição processual, por meio da qual o impetrante - no caso, a Associação agravada - atua em nome próprio, defendendo direito alheio, pertencente aos associados ou parte deles, sendo desnecessária, para a impetração do mandamus, apresentação de autorização dos substituídos ou mesmo lista nominal. Nesse sentido: STF, MS 31.336/DF, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2017; AgRg no RE 501.953/DF, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/04/2012; STJ, AgInt no AREsp 993.662/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/10/2017; RMS 45.215/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/03/2015. Dessa forma, os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo alcançam todos os associados, ou parte deles, cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada na decisão da impetração coletiva, sendo irrelevante que, no caso, a filiação à Associação impetrante tenha ocorrido após a impetração do writ. Em tal sentido: STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018.*

*IV. Agravo interno improvido.*

**(AgInt no AREsp 1307723/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018)**

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. TÍTULO FORMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. FILIAÇÃO NA ENTIDADE ASSOCIATIVA À ÉPOCA DA IMPETRAÇÃO. DESNECESSIDADE.**

*1. Conforme pacífico entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior, há legitimidade ativa do associado para execução do título executivo judicial, formado em mandado de segurança coletivo, ainda que seu ingresso na associação se dê após a impetração do mandamus.*

*2. Hipótese em que é desinfluyente o art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997, tendo em vista a impetração ser anterior ao início de sua vigência.*

3. *Considerado o fato de o recurso especial se insurgir contra pacífico entendimento jurisprudencial de ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção, deve-se aplicar a multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.*

4. *Agravo interno não provido, com aplicação de multa.*

**(AgInt no AREsp 1.210.359/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/06/2018)**

Confiram-se, ainda, decisões monocráticas proferidas em hipótese semelhante: AREsp 1412651, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJE 02/04/2019; AREsp 1455224, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJE 27/03/2019; AREsp 1400544, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE 13/03/2019.

**ANTE O EXPOSTO**, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator